Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE

Graduação em Ciências Contábeis

CENÁRIO DA COVID-19 NOS MUNICÍPIOS PARAIBANO DO LITORAL NORTE: UM ESTUDO COMPARATIVO FRENTE AOS GASTOS GOVERNAMENTAIS

Área Temática: Contabilidade Pública

### Adimilly Neri Rodrigues – UFPB – adimillyne@gmail.com

Isabelle Carlos Campos Rezende Cavalcante – UFPB – isabelle.rezende@academico.ufpb.br

**Resumo**

O objetivo deste estudo foi evidenciar o volume de gastos realizados com a pandemia da COVID-19 pelas prefeituras paraibanas do Litoral Norte, no exercício de 2020 e 2021. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental com a finalidade de coletar os dados a partir dos portais de transparência dos municípios, dos referidos anos, uma vez que nesse período a Organização Mundial da Saúde divulgou que o mundo estava diante de um cenário pandêmico. A partir disso, e trazendo para o estudo, os municípios passaram a apresentar volumes de gastos diferenciados diante de uma nova doença alastrada na população. Sendo assim, os resultados do estudo revelaram que comparando os exercícios de 2020 e 2021, os municípios de Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Jacaraú, Mamanguape, Marcação e Pedro Régis, tiveram, no geral, seus gastos reduzidos de um ano para o outro com a COVID-19, enquanto que no número de casos e óbitos nesse mesmo período e nesses mesmos municípios aumentaram. Com relação ao repasse financeiro do auxílio emergencial (recursos) para os municípios verificou-se que Baía da Traição, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Jacaraú, Marcação, Mataraca e Pedro Régis tiveram uma variação a maior em suas receitas do ano de 2020 para 2021, sabendo-se que a distribuição desses valores foi realizada, no geral, levando em consideração o leito de UTI/habitante. Neste aspecto, pode-se afirmar que esses valores são inversamente proporcionais, pois esses municípios tiveram aumento de receita e redução de gastos. Vale ressaltar que todos os dados necessários foram coletados dos portais de transparência dos municípios, sendo constatado que os mesmos estão cumprindo, a rigor, a Lei Complementar de Transparência (Lei nº 131/2009). Por fim, a presente pesquisa contribui para a transparência de informações de recursos e gastos públicos desses municípios, em um cenário de desafios sanitários e econômicos enfrentados no Brasil.

**Palavras-chave:** Recursos. Despesas.Informações. Transparência.

**1 Introdução**

A marca histórica mundial que se iniciou no final de 2019, com o surgimento de um novo coronavírus letal, vem causando impacto em vários aspectos sociais e econômicos. No Brasil, não demorou em se ter uma crise sanitária, a qual se agravou com as divergências entre o governo federal e os entes subnacionais voltados às medidas de prevenção, controle e tratamento dos casos relacionados com a pandemia (DELATERRA *et al*., 2020).

Nesse contexto, o cenário político, social, econômico e financeiro sofreu mudanças drásticas quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o mundo estava

**Catalogação na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação**

R696c Rodrigues, Adimilly Neri.

Cenário da covid-19 nos municípios paraibanos do litoral norte: um estudo comparativo frente aos gastos governamentais / Adimilly Neri Rodrigues. - Mamanguape, 2022.

19 f. : il.

Orientação: Isabelle Carlos Campos Rezende Cavalcante.

TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Recursos. 2. Despesas. 3. Informações. 4. Transparência. I. Cavalcante, Isabelle Carlos Campos Rezende. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 657

Elaborado por Michelle de Kássia Fonseca Barbosa - CRB-738

enfrentando uma pandemia causada pelo coronavírus, denominado Covid-19, no primeiro trimestre do ano de 2020, quando, de fato, passou a existir o desdobramento da doença (OMS, 2020). Trazendo para o âmbito brasileiro, a partir desse fato, os Estados e principalmente os gestores de Municípios enfrentaram grandes desafios, passando a apresentar uma nova expectativa para as despesas públicas, principalmente na área da saúde, implicando em mudanças nos normativos, na forma de contratar serviços e realizar compras em função do panorama causado por esse vírus (DOTTO *et al.*, 2021; MENEZES *et al*., 2021).

Tal cenário provocou o governo federal a criar a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que teve como finalidade dispor sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, passando a vigorar de forma imediata, permitindo o gestor angariar gastos, por exemplo, sem necessitar realizar licitação, sendo permitido dispensa maiores de valores, respeitando as condições legais. Por outro lado, os impactos da Covid-19 na esfera pública, causaram queda na arrecadação, em função da crise econômica (DA SILVA; DA SILVA; MARTINS, 2020) e maior realocação de gastos públicos (KROTH, 2020; MAHER; HOANG; HINDERY, 2020).

Como gastos públicos entende-se pelas despesas contraídas na administração pública para atender as necessidades da população, em função do bem comum. Dessa forma, refletindo sobre a temática do estudo, os gastos públicos emergenciais são despesas que foram contraídas pelo poder público para atender os cidadãos no período da crise da Covid-19, sendo relevante evidenciar que 92,59% dos estados brasileiros nesse período aumentaram suas despesas, com destaque para a Paraíba (31%), sendo um dos Estados que mais apresentou essa variação a maior (DOTTO *et al.*, 2021).

Assim, o Estado da Paraíba é composto por 223 municípios e entre eles destacam-se os que fazem parte do Litoral Norte e que, também, pertencem a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape-PB. Vale salientar que esses municípios, assim como os demais do país, além de divulgar os gastos com a saúde pública em decorrência da Covid-19, receberam recursos destinados a tal propósito, sendo importante a evidenciação desse volume de informações para atender a Lei nº 13.979/2020 e a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011.

Frente a isto, a transparência das informações nesse ambiente pandêmico se tornou um acontecimento relevante como forma de demonstrar, por meio do portal de transparência, as tarefas realizadas pelos gestores públicos, disponibilizando acesso aos dados para o pleno controle dos seus atos por parte da população, proporcionando a prestação de contas e se apresentando como um desafio para os gestores locais (SÖTHE; VISENTINI; WRITZL, 2020). Diante disso, o problema de pesquisa consistiu na seguinte questão:**Qual o volume de gastos com a pandemia da COVID-19 foi evidenciado pelas prefeituras paraibanas do Litoral Norte, no exercício de 2020 e 2021?**

Com a finalidade de responder ao problema de pesquisa, este estudo teve como objetivo geral evidenciar o volume de gastos realizados com a pandemia da COVID-19 pelas prefeituras paraibanas do Litoral Norte, no exercício de 2020 e 2021. A importância deste trabalho se dá na ênfase de divulgar os dados sobre os principais gastos dos municípios com a saúde pública voltada para atender as necessidades da pandemia, além do estado de emergência sanitária decretada no Brasil por causa do novo coronavírus, que fez com que a pressão por gastos com medidas para conter a pandemia e minimizar os seus impactos na população crescesse na mesma medida em que o vírus se espalhava (CARVALHO, 2021).

Como delimitação do estudo, nesta análise, foram examinados os gastos com saúde em função da Covid-19 nos 11 (onze) municípios do Litoral Norte da Paraíba que são: (1) Baía da Traição; (2) Capim; (3) Cuité de Mamanguape; (4) Curral de Cima; (5) Itapororoca; (6) Jacaraú; (7) Mamanguape; (8) Marcação; (9) Mataraca; (10) Rio Tinto; e (11) Pedro Régis. E por fim, esta pesquisa contribui substancialmente para análise dos gastos públicos dos municípios estudados, permitindo discutir os mesmos em perspectivas atuais e futuras, considerando os desafios sanitários e econômicos enfrentados no Brasil.

**2 Referencial Conceitual**

2.1 Cenário pandêmico Mundial e Nacional e seus possíveis impactos

A pandemia da Covid-19, causada pelo coronavírus, repercutiu agravantes não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas trouxe impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos gerando mortes, causando colapso no sistema de saúde nacional, implicando em profissionais da área exaustos, com o propósito de minimizar o desespero da população (CARVALHO, 2021; DOTTO et.al, 2021; FIOCRUZ, 2022).

Como respostas, os países programaram uma série de intervenções visando diminuir a transmissão do vírus, podendo destacar, entre as medidas, o isolamento de casos; incentivo à higienização das mãos, uso de máscaras faciais caseiras e distanciamento social. Teve-se também o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, restrição de viagens e transportes públicos, entre outras (AQUINO *et al.*, 2020).

No cenário brasileiro, a Lei Federal nº 13.979/2020, conhecida como a “Lei de Quarentena”, que dispõe sobre as medidas que foram adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência do coronavírus, tem como medidas estabelecidas objetivar a proteção da coletividade. Deste modo, este regulamento apresenta disposições legais excepcionais necessárias ao enfrentamento da pandemia, que não existiam anteriormente no ordenamento jurídico brasileiro.

Em decorrência do fechamento de diferentes locais e redução de jornada de trabalho de empresas, a adesão ao *home office*, inferiu diretamente em alguns setores da economia, ou seja, as entidades se adaptaram ao “novo normal” e as pessoas passaram a trabalhar de casa. Contudo, outro público-alvo da população, no Brasil, teve como uma de suas principais rendas o Auxílio Emergencial concedido pelo governo federal.

O auxílio foi destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, no valor de R$ 600,00 (BECKER, 2020), devendo ser comprovado o direito de receber tal auxílio, podendo ser implicado, quando apontado irregularidade, em punições como devolução dos valores recebidos indevidamente.

Pode-se afirmar que essa nova crise em decorrência do vírus foi bastante grave, visto que a economia do país ainda não havia se recuperado da recessão ocorrida entre os anos de 2015 e 2017, apresentando pequenos sinais de retomada em 2018 e 2019. Desse modo, os impactos da crise da Covid-19 na economia nacional em 2020 vêm se somar a um quadro socioeconômico que já se encontrava em franca degradação, onde esses efeitos devem se estender pelos próximos anos (MATTEI; HEINEN, 2020).

Apesar do estado de calamidade pública, até o final de 2020, e no ano de 2021, sendo constatado aumento de casos no primeiro trimestre, os recursos destinados ao combate da pandemia foram cerca de 5,55% do PIB do país, sendo semelhante aos pacotes adotados em várias economias desenvolvidas, possibilitando aos governos Estaduais e Municipais receberem repasse do Governo Federal, em forma de recursos excepcionais, para minimizar, como também, tratar as consequências da Covid-19 (TÁVORA, 2020).

2.2 A Administração Pública e o Orçamento

A Lei Orçamentária Anual é o orçamento público anual que é discutido e aprovado anualmente, trazendo a programação dos gastos governamentais previstos em cada área, bem como a estimativa das receitas para custear esses gastos. Ela estabelece os Orçamentos da União, mediante conjectura das receitas e despesas do governo federal. Dessa maneira, cabe ao Congresso Nacional estruturar, analisar e adaptar o planejamento do Poder Executivo, assim como é realizado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA).

É importante que o planejamento das receitas e despesas sejam reflexos e resolutos, possibilitando ajustes entre o orçamento previsto e o orçamento realizado, de acordo com as despesas de fato transcorridas. Cabe ressaltar que o orçamento deve ser visto como uma sistemática extensiva, onde mais agentes são implicados, tais como: Congresso Nacional na fase da aprovação da lei; e, subsequentemente, órgãos de controle (Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público da União (MPU) na fase da execução orçamentária.

Na LOA os dispêndios governamentais estão separados por assunto ou por áreas de governo, como saúde, educação, transporte e segurança. E cada uma dessas áreas possui seus programas e ações orçamentárias específicas.

De acordo com o artigo 165 da Constituição Federal de 1988:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Os orçamentos da União dizem respeito a todos, pois geram impactos diretos na vida dos brasileiros. O Orçamento Brasil é um instrumento que ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, no orçamento é contido o volume de receitas e despesas públicas.

As receitas públicas são ingressos de recursos financeiros de caráter não devolutivo, previstos em legislação e arrecadados pelo poder público, em qualquer esfera governamental, que podem ou não provocar variação na situação patrimonial líquida. Sendo assim, a receita pública pode ser efetiva que causa modificação da situação líquida patrimonial e não-efetiva, conforme a própria nomenclatura menciona, não altera a situação líquida patrimonial. Elas se apresentam como uma derivação do conceito contábil de receita, agregando outros conceitos utilizados pela administração pública em virtude de suas peculiaridades. As receitas representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário com a finalidade de alocar e cobrir as despesas públicas que atendam às necessidades ou demandas da sociedade.

No entanto, essas peculiaridades não interferem nos resultados contábeis regulamentos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio dos Princípios Fundamentais, visto que, a macromissão da contabilidade é atender a todos os usuários da informação contábil, articulando conceitos, princípios, normas e procedimentos às particularidades de cada entidade.

São classificadas como receitas orçamentárias todos os montantes arrecadados no período do exercício, provenientes de operações de créditos e que lhe aumentam o saldo financeiro ainda que não previstos no orçamento com o objetivo de oportunizar a execução das políticas públicas.

Não devem ser reconhecidas como receita orçamentária as operações de: crédito por antecipação de receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo, passivo financeiros; Recursos financeiros oriundos de Superavit Financeiro que consiste na diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro ou os provenientes de Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Pagar, pois se trata de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores.

É importante evidenciar que, mediante o princípio orçamentário da universalidade, as receitas orçamentárias devem estar previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, a mera ausência formal dessa previsão na LOA não lhes retira o caráter orçamentário.

2.3 Gastos Públicos em situações Emergenciais

Sabe-se que as propostas governamentais para os municípios do Brasil foram instituídas em regime tributário especial na pandemia. Uma das mais importantes formas de gastos representativos pelos municípios foram com relação a compra de medicamentos utilizados durante a intubação, como pré-anestésicos, anestésicos, relaxantes musculares e aparelhagem que contribuíssem para a melhoria dos serviços de saúde, educação e ação social, sem a necessidade de licitação prévia, em função da promulgação da Lei nº 13.979/2020.

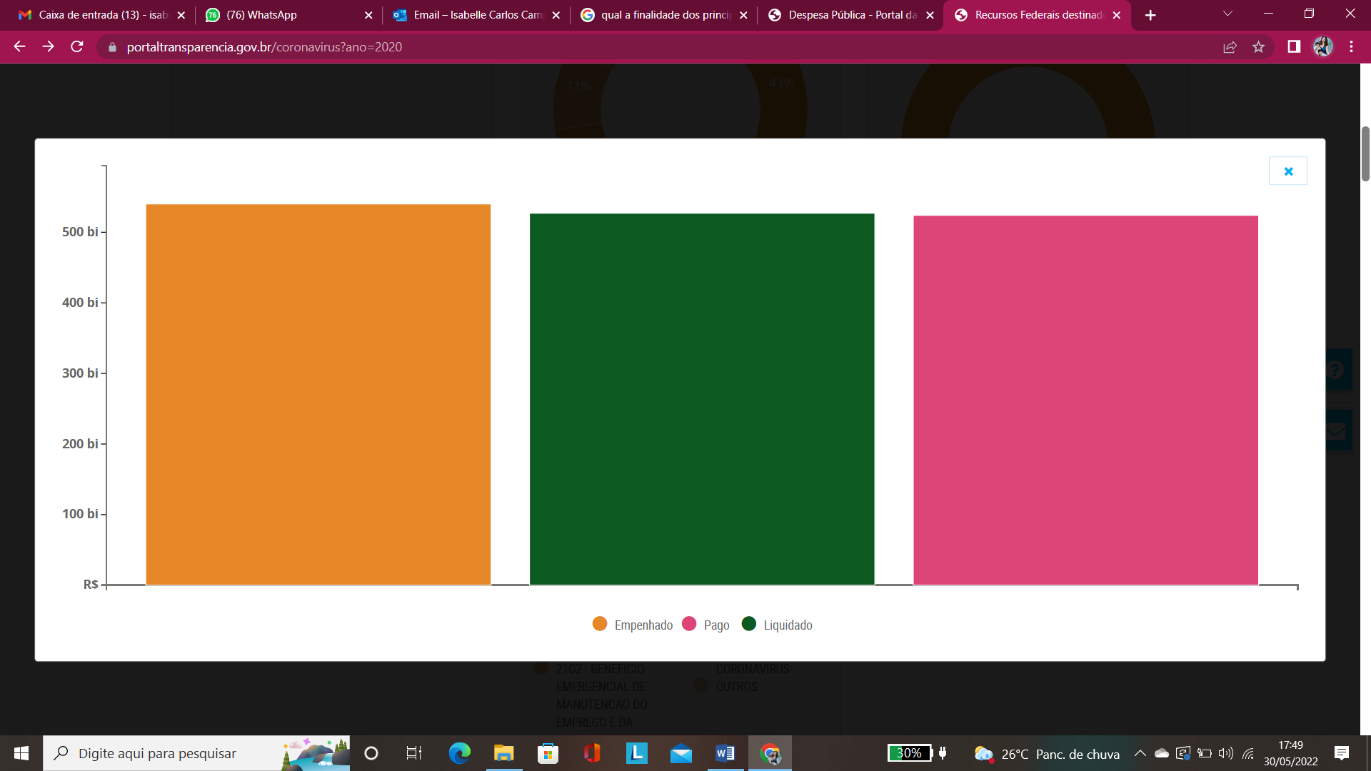
Sendo assim, os gastos públicos são conceituados como o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens ofertados, se apresentando como gastos governamentais que compõem a administração direta e indireta, mais as despesas com as atividades econômicas produtivas (RIANI, 2002). Portanto, as despesas públicas visam contribuir para o fornecimento de serviços públicos para a população, sendo a principal forma de atuação do governo, estes por sua vez, devem ser utilizados de forma eficiente e transparente (LAZARIN; MELLO; BEZERRA, 2014).

No que diz respeito ao procedimento licitatório que foi alterado em decorrência da “Lei da Quarentena” (Lei nº 13.979/2020) torna-se necessário destacar que as dispensas de valores para aquisição de produtos e serviços foram alteradas em função do estado de calamidade da saúde pública no Brasil, contudo não deixando, o gestor, de observar e analisar os princípios licitatórios, que regem a Lei das Licitações (Lei nº 8.666/1993) e segundo Cintra (2011) refere-se a moralidade, impessoalidade, legalidade, probidade, publicidade, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório, sigilo das propostas e competitividade. Tais princípios visam buscar, na pesquisa de preços, propostas mais vantajosas, existindo igualdade de condições e atendendo ao interesse público.

De acordo com as informações contidas no Portal de Transparência do Governo Federal (2022) observam-se os valores orçamentários e a execução de despesas do governo brasileiro relacionadas ao enfrentamento da pandemia de coronavírus (Covid-19). Dessa maneira, o Gráfico 1 mostra uma visão geral dos valores da execução das despesas públicas do ano de 2020 e o Gráfico 2 apresenta uma visão geral dos valores da execução das despesas públicas referente ao ano de 2021, sendo detalhado em ambos os valores empenhados, liquidados e pagos em cada período.

Ao observar o Gráfico 1 e conforme os dados publicados no Portal da Transparência do Governo Federal, o valor total do orçamento destinado com gastos públicos no ano de 2020 foi de R$ 4,13 trilhões, sendo que o valor empenhado foi de R$ R$ 3.600.879.836.082,61, o valor liquidado foi de R$ 3.482.022.900.471,65 e o valor pago foi de R$ 3.417.598.803.409,14 (correspondendo a 97% do orçamento de despesa). Assim, desse valor total, foi destinado R$ 524,02 bilhões para gastos com a Covid-19, equivalendo a 15,85% do total das despesas públicas.

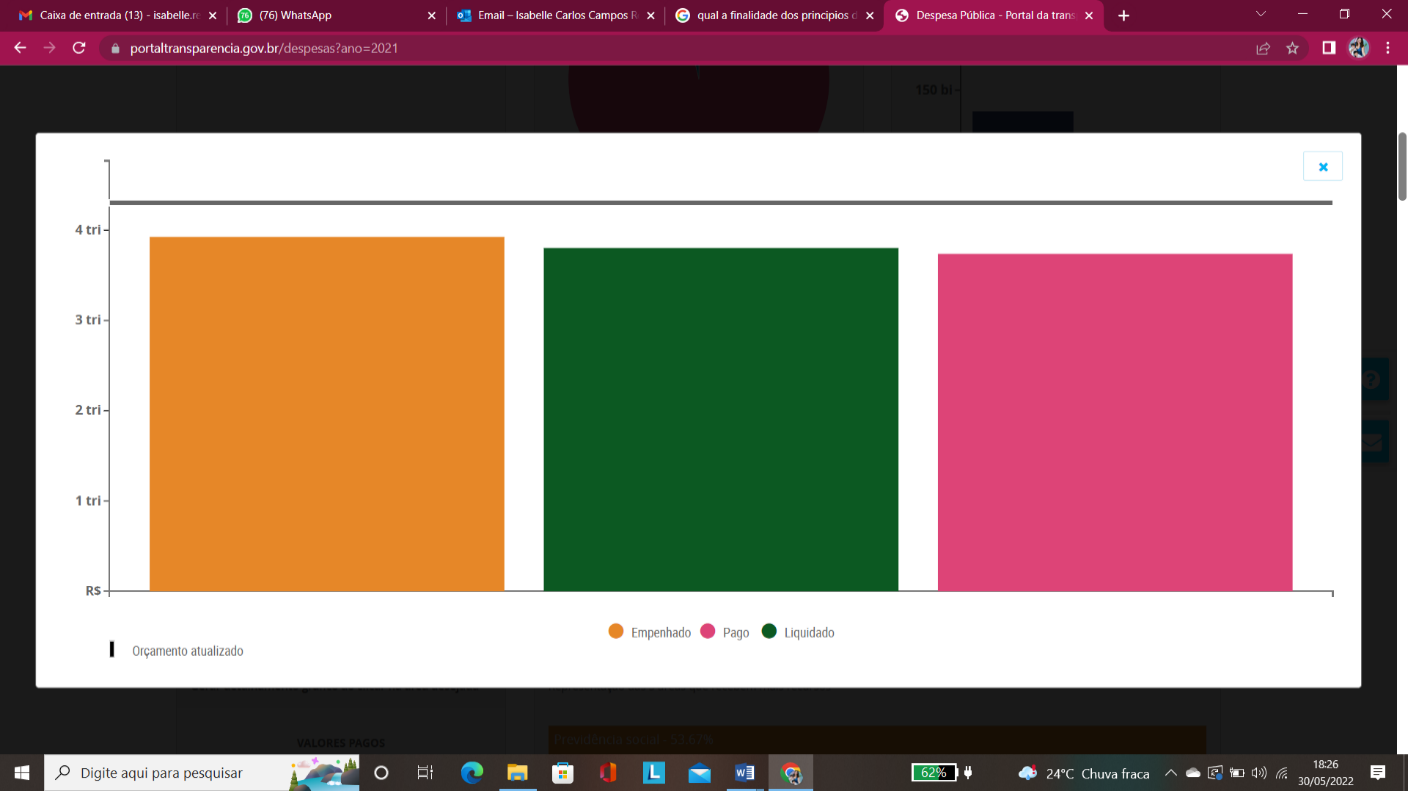
Gráfico 1 Gastos Públicos do Governo Federal no ano de 2020



Fonte: Adpatado do Portal de Transparência do Governo Federal (2022)

Cabe evidenciar, ainda, que do orçamento total das despesas com a Covid-19 referente ao exercício de 2020, os Estados e Municípios receberam transferência direta do Governo Federal, sendo o Estado da Paraíba recebendo o valor de R$ 202.006.396,44 e os municípios do mesmo estado o valor de R$ 732.787.747,20, totalizando o valor de repasse de R$ 934.794.143,64.

Com relação ao Gráfico 2, também de acordo com os dados divulgados no Portal de Transparência do Governo Federal o valor total do orçamento destinado aos gastos públicos no ano de 2021 foi de R$ 4,33 trilhões, verificando um aumento de 20%, com relação ao ano de 2020. Desse total, o valor empenhado foi de R$ 3.926.546.503.656,07, o valor liquidado foi de R$ 3.803.641.192.510,62 e o valor pago foi de R$ 3.738.168.438.128,22 (correspondendo a 96% do orçamento de despesa).

Gráfico 2 Gastos públicos do Governo Federal no ano de 2021

Fonte: Adpatado do Portal de Transparência do Governo Federal (2022)

Dessa maneira, ressalta-se que do valor total dos gastos públicos foram destinados ao tratamento da Covid-19 no ano de 2021, R$ 102,49 milhões, sendo este valor equivalente a 2,80% do total geral das despesas públicas, percebendo uma redução de gastos destinados a pandemia, do ano de 2020 para 2021, em R$ 421,53 milhões, correspondendo a 19,55%. Consequentemente, o repasse para os Estados e Municípios também sofreram redução, onde o Estado da Paraíba recebeu o valor de R$ 74.818.457,68 e os municípios do mesmo estado receberam o montante de R$ 134.000.646,34.

Diante desse contexto, torna-se relevante evidenciar que a diminuição desses valores de repasse tanto aos estados e municípios, no ano de 2020 e 2021, se deu a fatores como a redução do número de mortes por Covid-19, o controle da contaminação do vírus, aplicação de vacinas, além de no ano de 2020 eles terem sofrido uma perda na arrecadação em função do cenário pandêmico. Por outro lado, nos meses de janeiro a maio de 2021 o número de mortes mais do que dobrou em relação ao mesmo período do ano de 2020. Apesar disso, o valor do repasse das verbas destinadas a Covid-19 pelo governo federal aos estados e município sofreu uma grande redução (Agência Senado Notícias, 2021).

2.4 Estudos Anteriores

Nesta seção tornou-se relevante apresentar diversas pesquisas apontadas tratando sobre o tema abordado com o intuito de apresentar alguns achados de estudos.

**Quadro 1 Achados de pesquisa**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Autor/Ano** | **Objetivo** | **Achados** |
| Servo *et al.* (2020) | Discute o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) em perspectiva histórica e futura, considerando os desafios sanitários e econômicos impostos pela pandemia de Covid-19. | Compreende-se neste estudo que o SUS passa necessariamente pela ampliação dos recursos alocados, com grande dependência da atuação do governo federal. Contudo, nem com a urgência que demanda a pandemia houve rapidez na liberação e execução dos novos recursos aprovados pelo Congresso Nacional. As perspectivas não apontam para uma priorização do SUS nem para ampliação do seu financiamento no período pós-pandêmico. |
| Fernandes; Pereira (2020) | Contribuir para este amplo debate, analisando a resposta governamental ao desafio de combate à COVID-19, sob o prisma do financiamento público dos serviços de saúde dos governos subnacionais brasileiros. | Não houve mudança substantiva nos critérios de repasse, pouco sensíveis a fatores epidemiológicos. Ajustes nas normas de aplicação foram realizados para dar maior agilidade aos gastos. Tamanho populacional, produção de riquezas locais e número de leitos de internação parecem ser os principais fatores que definem a distribuição dos recursos. |
| Díaz *et al.* (2020) | Contribuir direta ou indiretamente com o estudo das controvérsias presentes na ciência econômica. | Existe uma clivagem clara entre os economistas que defendem um programa de intervenção sistemática frente àqueles que apenas recomendam a intervenção excepcional. Observou-se que, as discordâncias e controvérsias entre especialistas estão menos relacionadas aos “acertos e erros” da política econômica em si, mas, influenciadas em boa medida pelos diversos fundamentos e pressupostos que eles trazem consigo na sua formação e trajetória |
| Monteiro *et al.* (2021) | Examinar o impacto da pandemia da COVID-19 no orçamento público do Governo Federal. | O Governo Federal postergou os prazos de vencimento do Simples Nacional, MEI (DAS), PIS/PASEP e COFINS. Além da redução para zero da alíquota do IOF e do IPI referente aos produtos de combate ao COVID-19. Quanto às despesas, o Governo Federal autorizou a abertura de créditos extraordinários no valor de R $252,3 bilhões. Este valor representa um aumento de 4% nas despesas previstas no orçamento público. Essas despesas a princípio estão direcionadas para auxílio de pessoas em situação de vulnerabilidade (50%), proteção do emprego e concessão de financiamento às empresas (33%), e em torno de 17% especificamente para a saúde. |
| Carqueija *et al.* (2021) | Apontar quais seriam os principais impactos fiscais, orçamentários e patrimoniais no âmbito do governo federal feitos particularmente com o enfrentamento da pandemia da COVID-19. | Houve um grande impacto fiscal, contribuindo sobremaneira para um déficit primário de R$ 877,8 bilhões financiados por meio do endividamento, com a flexibilização de regras da LRF e da LDO, distanciando-se, assim, das metas fiscais e originando uma espécie de “orçamento paralelo” em relação à LOA. Em relação ao patrimônio do Governo, provavelmente o país fechará com déficit patrimonial, que será demonstrado na Demonstração de Variações Patrimoniais, diante do impacto negativo no PL. |
| Vargas;  Menezes; Rangel (2021) | Propõe uma análise empírica dos processos de dispensa de licitação, no cenário da pandemia causada pela COVID-19, nos vinte e seis estados da federação e no Distrito Federal. | Os dados da pesquisa sugerem que, por trás de uma luta de excessos entre gestores e controladores, pode existir um problema ao mesmo tempo mais simples e mais complexo do que costumamos reconhecer: a incapacidade de parte da administração, ao menos durante a pandemia, em fundamentar suas decisões de dispensa licitatória com os elementos mínimos: sua base normativa, os fatos em particular e a ligação entre os pontos. |

Fonte: Elaboração própria (2022).

As pesquisas descritas no quadro 1 indicam que a pandemia levou o país a refletir formas de garantir recursos imediatos voltados ao Sistema de Saúde. No Brasil, ocorreu uma multiplicação de problemas na tentativa de suprir com as dificuldades para gestão agravante diante da problemática. As medidas macroeconômicas visando garantir maior isolamento social foram tomadas quase dois meses depois do primeiro caso. Ao passo que, o aumento da dotação orçamentária federal não foi seguido por uma rápida execução desses recursos.

**3 Procedimentos Metodológicos**

Para alcançar o objetivo deste estudo que norteou em evidenciar o volume de gastos realizados com a pandemia da COVID-19 pelas prefeituras paraibanas do Litoral Norte, no exercício de 2020 e 2021, fez-se uma análise descritiva documental, a partir da busca de dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o quantitativo populacional, bem como no Portal da Transparência do Governo Federal (obtenção de informações sobre dinheiro público) e site do Ministério da Saúde e fontes secundárias (número de pessoas com Covid-19 nos respectivos anos).

Portanto, quanto aos procedimentos, a pesquisa caracterizou-se como descritiva, quantitativa e documental. Documental por que utilizou dados publicados (receita arrecadada do município) em fontes secundárias. De acordo com Gil (2010), a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. E a abordagem do problema da pesquisa foi caracterizada como do tipo quantitativa, que é aquela em que os dados são coletados em instrumento que mensure o objeto observado.

Com relação à população cabe evidenciar que compreendeu aos recursos (receitas públicas excepcionais) e aos gastos públicos, dos 11 (onze) municípios do Litoral Norte, com a Covid-19, que são: Mamanguape; Rio tinto; Jacaraú; Capim; Pedro Régis; Baía da Traição; Itapororoca; Cuité de Mamanguape; Curral de Cima; Marcação e Mataraca. Assim, para coletar os dados, referente aos períodos de 2020 e 2021, foram utilizados o portal de transparência e o site do Ministério da Saúde. Todos os municípios divulgaram esses dados nos canais de pesquisa, assim conseguindo atingir 100% do universo.

Por fim, os dados foram organizados em tabelas, sendo utilizada a frequência relativa e o cálculo de variação para identificar se ocorreram aumentos e/ou diminuições tanto nos recursos recebidos quanto nos gastos efetivados. Também foram elaboradas tabelas contendo os quantitativos de casos e óbitos com Covid-19, nesses municípios, nos referentes anos de estudo.

**4 Apresentação dos Resultados**

* 1. População dos Municípios

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) a população é um elemento político essencial que caracteriza a sociedade e é demonstrada através do censo demográfico que referenda a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do Território Nacional. Nesse contexto, a Tabela 1 mostra a população, em número de habitantes, dos municípios do Litoral Norte e que, também, compõem a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape.

Dessa forma, na segunda coluna da Tabela 1 observa-se a população referente ao último censo ocorrido no ano de 2010 e na terceira coluna a população estimada no ano de 2021, sendo ambos os dados coletados no portal do IBGE (2022). Assim, torna-se relevante evidenciar os dados do último censo, uma vez que essas informações podem ser comparadas em termos de visualizar o aumento da população em um período de mais de 10 anos (2010-2021), pois essas informações impactam nos valores da renda per capita, de arrecadação de receitas e gastos nos municípios.

Ao analisar a Tabela 1 nota-se que a cidade de Mamanguape, seguida dos municípios de Rio Tinto, Itapororoca e Jacaraú são os municípios mais populosos, apresentando, respectivamente, no ano de 2021, 45.385 hab, 24.258 hab, 18.978 hab e 14.467 hab. Um dado curioso é que o município de Curral de Cima, que faz parte da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape, além de ser o menos populoso, não apresentou estimativa de aumento da população no ano de 2021, após o último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010.

Tabela 1 População dos Municípios do Litoral Norte

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Municípios** | **População de Cada Município (IBGE)** | |
| **2010** | **2021** |
| Baía da Traição | 8.012 | 9.197 |
| Capim | 5.601 | 6.715 |
| Cuité de Mamanguape | 6.202 | 6.360 |
| Curral de Cima | 5.209 | 5.209 |
| **Itapororoca** | **16.997** | **18.978** |
| **Jacaraú** | **13.942** | **14.467** |
| **Mamanguape** | **42.303** | **45.385** |
| Marcação | 7.609 | 8.746 |
| Mataraca | 7.407 | 8.642 |
| **Rio Tinto** | **22.976** | **24.258** |
| Pedro Régis | 5.765 | 6.139 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2022)

Dessa maneira, é importante destacar que a Região do Vale de Mamanguape, conforme a Lei Complementar nº 116, de 21 de janeiro de 2013, é composta por nove (09) municípios sendo eles Baía da Traição, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca e Pedro Régis.

4.2 Dados da Covid-19 dos municípios (casos e óbitos)

No final de 2019 foi constatado o surgimento de caso do coronavírus em uma província chinesa e três meses depois a doença se espalhou pelo mundo. No Brasil, o primeiro paciente foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, vindo da Itália. Tal vírus se trata de uma doença viral que afeta diferentes pessoas de formas distintas. A maioria das pessoas infectadas apresentam sintomas leves a moderados da doença, enquanto que outros sintomas mais graves podem levar à morte. A quantidade de pessoas infectadas rapidamente se espalhou pelos Estados do Brasil.

Para obtenção do número de casos e óbitos nos Municípios do Litoral Norte foi consultado o boletim anual de saúde do Estado da Paraíba. Ao analisar os números, teve-se uma maior quantidade de casos e óbitos (considerando os dois anos) em Mamanguape (8.039), seguido de Rio Tinto (4.298) e Itapororoca (3.604). Os municípios que tiveram menor número foram Capim (432), Pedro Régis (568) e Cuité Mamanguape (634), onde os dados foram observados na Tabela 2. É possível enfatizar o aumento acelerado em alguns municípios de um ano para o outro, principalmente, Jacaraú, que apresentou 378 números de casos em 2020 e em 2021, 1.239 casos.

Tabela 2 Casos confirmados da COVID-19 nos Municípios do Litoral Norte

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Casos Confirmados da COVID-19** | |
| **2020** | **2021** |
| Baía da Traição | 909 | 1.359 |
| Capim | 169 | 263 |
| Cuité de Mamanguape | 200 | 434 |
| Curral de Cima | 130 | 550 |
| Itapororoca | **1097** | **2507** |
| Jacaraú | 378 | 1239 |
| Mamanguape | **2931** | **5108** |
| Marcação | 570 | 932 |
| Mataraca | 302 | 524 |
| Rio Tinto | **1511** | **2787** |
| Pedro Régis | 134 | 434 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do boletim anual de Saúde do Estado da Paraíba, 2022.

Destaca-se que os municípios com maior índice de óbitos foram aqueles com mais casos registrados, bem como os maiores em número populacional. Mamanguape, por exemplo, 128 óbitos nos dois anos foram registrados, para Rio Tinto 86 óbitos e Itapororoca 47 óbitos. Jacaraú, também apresentou 47 óbitos (Tabela 3).

Tabela 3 Número de Óbitos da COVID-19 nos Municípios do Litoral Norte

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Número de Óbitos pela COVID-19** | |
| **2020** | **2021** |
| Baía da Traição | 7 | 12 |
| Capim | 8 | 10 |
| Cuité de Mamanguape | 10 | 16 |
| Curral de Cima | 2 | 4 |
| Itapororoca | 12 | 35 |
| Jacaraú | 11 | 36 |
| Mamanguape | 44 | 84 |
| Marcação | 4 | 10 |
| Mataraca | 8 | 15 |
| Rio Tinto | 29 | 57 |
| Pedro Régis | 5 | 8 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do boletim anual de Saúde do Estado da Paraíba, 2022.

Os dados demonstram que para alguns municípios o número de casos e óbitos foi discrepante, enquanto outros apresentaram números próximos. Entretanto, no somatório, o número de casos em 2021 foi superior ao notificado em 2020, o que mostra que a pandemia seguiu em constante crescimento nos Municípios do Litoral Norte da Paraíba.

4.3 Receitas destinadas aos Municípios

Os dados de recursos recebidos por município, ao comparar o ano de 2020 e 2021, o total repassado decresceu para alguns desses municípios, por exemplo, Mamanguape teve uma variação de -9.14% (6.950.000,00), Rio Tinto -6,18 (2.540.000,00) e Itapororoca -0.55% (180.000,00), municípios estes que apresentaram aumento de casos e óbitos em 2021 em relação ao ano anterior, mas que o recurso recebido diminuiu. Tal perda foi reflexo da diminuição do repasse do governo federal para os municípios brasileiros no ano de 2021 das verbas destinadas a Covid-19, mesmo o número de casos tendo aumentado em algumas cidades.

Em contrapartida, Jacaraú 9,51%, Baía da Traição 13,78%, Cuité de Mamanguape 3,61%, Curral de Cima 2,18%, Marcação 6,09%, Mataraca 1,60% e Pedro Régis 7,59%, aumentaram seu repasse de um ano para o outro (Tabela 4). É importante mencionar que entende-se por receita pública o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, incluindo hospitais, escolas, iluminação, saneamento. Vale ressaltar que de todas as cidades analisadas, o município de Baía da Traição foi a que apresentou o valor de aumento mais expressivo com R$ 2.490.000,00 a mais, na receita anual em 2021.

Tabela 4 Recursos recebidos pelos Municípios do Litoral Norte

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Recurso Recebido (Em milhões)** | | |  |
| **2020 (A)** | **2021 (B)** | **Variação (B-A)** | **Variação (%)** |
| Baía da Traição | R$ 18.070.000,00 | R$ 20.560.000,00 | R$ 2.490.000,00 | 13,78% |
| Capim | R$ 16.180.000,00 | R$ 16.010.000,00 | (R$ 170.000,00) | (1,05%) |
| Cuité de Mamanguape | R$ 17.180.000,00 | R$ 17.800.000,00 | R$ 620.000,00 | 3,61% |
| Curral de Cima | R$ 15.570.000,00 | R$ 15.910.000,00 | R$ 340.000,00 | 2,18% |
| Itapororoca | R$ 32.790.000,00 | R$ 32.610.000,00 | (R$ 180.000,00) | (0,55%) |
| Jacaraú | R$ 37.074.000,00 | R$ 40.600.000,00 | R$ 3.526.000,00 | 9,51% |
| Mamanguape | R$ 76.060.000,00 | R$ 69.110.000,00 | (R$ 6.950.000,00) | (9,14%) |
| Marcação | R$ 16.910.000,00 | R$ 17.940.000,00 | R$ 1.030.000,00 | 6,09% |
| Mataraca | R$ 21.810.000,00 | R$ 22.160.000,00 | R$ 350.000,00 | 1,60% |
| Rio Tinto | R$ 41.080.000,00 | R$ 38.540.000,00 | (R$ 2.540.000,00) | (6,18%) |
| Pedro Régis | R$ 14.100.000,00 | R$ 15.170.000,00 | R$ 1.070.000,00 | 7,59% |

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal da Transparência, 2022.

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição, tem-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O FPM trata-se de uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É válido destacar que a distribuição dos recursos em coeficientes calculados a partir da população de cada município participante e da renda per capita do respectivo Estado, as quais são informadas pelo IBGE (Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional e Decreto-Lei nº 1.881/1981), por este motivo existe uma variação encontrada para mais e/ou menos na Tabela 4.

Grande parte das transferências realizadas através do SUS se insere em modalidades conhecidas como “fundo a fundo” e são obrigatórias e condicionais. Sendo assim, elas são realizadas de forma automática e compulsória e devem, precisamente, ser aplicadas em fins específicos na área da saúde (SIMÃO; ORELLANO, 2015).

4.4 Gastos realizados pelos Municípios em função da Covid-19

Os dados referentes aos gastos anuais por localidades, conforme a Tabela 5, mostram que os municípios com maior número de habitantes, como Mamanguape, tiveram maior gasto nos dois anos (mais de R$ 32 milhões) em comparação com Curral de Cima, por exemplo, com um pouco mais de cinco milhões de gastos. Entre os investimentos pode destacar a infraestrutura, materiais de consumo e vacinas.

A execução das despesas emergenciais possui classificação quanto à efetividade. Caso seja uma despesa orçamentária efetiva (aquisição de material de consumo, EPIs, pagamentos de profissionais de saúde, transferência de capital para outros entes da Federação), ocorrerá uma redução na situação líquida patrimonial da entidade pública. Se for o que gestor realize uma despesa orçamentária não efetiva (gastos de investimentos, aquisição de respiradores, leitos, obras de hospital de campanha, entres outras), não ocorre alteração na situação patrimonial, apenas um fato permutativo como previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBCTs 16) (CARQUEIJA *et al*., 2020).

Na análise observou-se que os municípios que tiveram mais gastos nesse período, foi Mamanguape com aumento de 39,82% de um ano para o outro, dando um total de variação de R$ 5.470.279,00 o que era esperado por se tratar do maior índice populacional entre os municípios estudados. Porém, nota-se que Mataraca também teve uma variação expressiva 56,27% totalizando R$ 1.655.284,00 a mais na sua receita de gastos, comparando esses dados a tabela de casos e óbitos de fato os números quase que dobraram. Jacaraú teve uma variação de 39,82% totalizando R$ 2.031.654,00 a mais, no ano de 2021. Os municípios que menos tiveram gastos aumentados em relação a 2020 foram Capim -55,51%, Baía da Traição -40,06% e Rio Tinto -1,80% (Tabela 5).

Tabela 5 Gastos realizados pelos Municípios do Litoral Norte

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Gastos Realizados (Em milhões)** | | |  |
| **2020 (A)** | **2021 (B)** | **Variação (B-A)** | **Variação**  **(B-A) %** |
| Baía da Traição | R$ 3.006.072,00 | R$ 1.801.968,00 | R$ (1.204.104,00) | (40,06%) |
| Capim | R$ 2.415.416,00 | R$ 1.074.606,00 | R$ (1.340.810,00) | (55,51%) |
| Cuité de Mamanguape | R$ 2.616.073,00 | R$ 3.313.016,00 | R$ 696.943,00 | 26,64% |
| Curral de Cima | R$ 2.472.756,00 | R$ 2.712.183,00 | R$ 239.427,00 | 9,68% |
| Itapororoca | R$ 5.582.609,00 | R$ 4.966.813,00 | R$ (615.796,00) | 11,03% |
| Jacaraú | R$ 4.933.192,00 | R$ 6.964.846,00 | R$ 2.031.654,00 | 41,18% |
| Mamanguape | R$ 13.738.615,00 | R$ 19.208.894,00 | R$ 5.470.279,00 | 39,82% |
| Marcação | R$ 2.584.240,00 | R$ 2.614.166,00 | R$ 29.926,00 | 1,16% |
| Mataraca | R$ 2.941.746,00 | R$ 4.597.030,00 | R$ 1.655.284,00 | 56,27% |
| Rio Tinto | R$ 7.861.432,00 | R$ 7.720.203,00 | R$ (141.229,00) | (1,80%) |
| Pedro Régis | R$ 2.198.869,00 | R$ 2.504.214,00 | R$ 305.345,00 | 13,89% |

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal da Transparência, 2022.

De acordo com dados do Estado da Paraíba (2021) o Hospital Geral de Mamanguape, conta com 70 leitos e cerca de 400 profissionais estão envolvidos no funcionamento da unidade, que presta atendimento aos moradores dos municípios que compõem a região do Vale do Mamanguape: Rio Tinto, Pedro Régis, Mamanguape, Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Marcação e Mataraca. Durante a pandemia o hospital passou atender pacientes com Covid-19 e os gastos foram destinados a mantimento na localidade.

Outros gastos envolveram aquisição de medicamentos, equipamentos, assim como contratação de novos profissionais da saúde para atender a demanda, bem como itens de consumo e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) (luvas, máscara, protetor, macacão). Os maiores gastos foram voltados a aquisição cilindros de oxigênio e manutenção geral das localidades que recebem os pacientes nas unidades de emergência (Unidades de Pronto Atendimento - UPAs). As Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Saúde da Família (USF) também receberem investimentos voltados a Covid-19. Em Mamanguape, por exemplo, segundo informações no portal do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE, 2021) foram gastos com obtenção de equipamentos respiratórios o valor de R$ 379.227,00.

Fazendo um recorte apenas do ano de 2021, os municípios empenharam, conforme registros do SAGRES, o valor de R$ 105,9 milhões para o combate à pandemia, sendo 82,84% desses recursos alocados na função saúde. Material de consumo foi o elemento de despesa com maior volume de recursos empenhados em 2021 na função saúde para o combate à Covid-19, no valor de R$ 29,1 milhões, representando 33,24% do total.

Desde o início da pandemia, foram informados 1.811 procedimentos de dispensa de licitação com base na Lei nº 13.979/20 ou na Medida Provisória 1.047/21 no Sistema Tramita/TCEPB. Somando os valores ratificados por essas dispensas, o montante resultante é de R$ 150,1 milhões. Em 2021, os recursos também foram destinados as compras de vacinas para a população dos municípios (primeira e segunda dose) e postos de vacinação em diferentes localidades.

É válido ressaltar que medidas que amenizam os efeitos da pandemia acarretam impactos na situação fiscal do país. Assim, as receitas públicas reduziram, em função das medidas tributárias e isolamento social, forçando uma retração da atividade econômica e da arrecadação. De um lado as despesas aumentaram, em função dos gastos para equipar hospitais, adquirir insumos e medicamentos, as transferências de renda à parcela da população vulnerável e o auxílio às empresas para que se mantenham em atividade (IFI, 2020; HESSEL, 2020). Do outro, a arrecadação não seguiu na mesma linha.

4.5 Gasto Público da saúde Per Capita por município

A Tabela 6 apresenta os dados per capita de acordo com cada município, sendo observado um equilíbrio entre os valores de um município para o outro, bem como quando comparados os anos 2020 e 2021. O gasto per capita corresponde ao valor do gasto público e privado com consumo final de bens e serviços de saúde, por habitante, no ano considerado. Medindo assim, a despesa média por habitante, por ano, com o consumo de bens e serviços de saúde. Este valor é calculado a partir da fórmula: Valor Per Capita = Valor Total do Gasto Público em Saúde / Total da População Residente.

Tabela 6 Gasto público per capita realizado pelos Municípios do Litoral Norte

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Gasto Per Capita por Município (valores em mil)** | |
| **2020** | **2021** |
| Baía da Traição | R$ 327 | R$ 196 |
| Capim | R$ 360 | R$ 160 |
| Cuité de Mamanguape | R$ 411 | R$ 520 |
| Curral de Cima | R$ 475 | R$ 521 |
| Itapororoca | R$ 294 | R$ 262 |
| Jacaraú | R$ 341 | R$ 481 |
| Mamanguape | R$ 303 | R$ 423 |
| Marcação | R$ 295 | R$ 299 |
| Mataraca | R$ 340 | R$ 531 |
| Rio Tinto | R$ 324 | R$ 318 |
| Pedro Régis | R$ 358 | R$ 408 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e Ministério da Saúde, 2022.

O Brasil, em projeções futuras, é o país que menos aumentará o gasto público per capita com serviços de saúde, porém mudar esse cenário é essencial para fortalecimento do SUS, reduzir as desigualdades sociais e se aproximar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030 (VIEIRA, 2020).

**5 Considerações finais**

Resgatando o objetivo deste estudo que foi evidenciar o volume de gastos realizados com a pandemia da COVID-19 pelas prefeituras paraibanas do Litoral Norte, no exercício de 2020 e 2021, pode-se trazer como conclusões que os valores repassados para os municípios do Litoral Norte tiveram ampla variação quando comparados os anos analisados, assim como o número de casos e óbitos que aumentou do ano de 2020 para o ano de 2021.

A partir das análises observou-se que durante a pandemia, os municípios com mais valor de gasto foi Mamanguape com R$ 5.470.279,00 milhões a mais que no ano anterior, seguido de Jacaraú R$ 2.031.654,00 e R$ Mataraca 1.655.284,00. Os que também apresentaram aumento de gastos foram as cidades de Cuité de Mamanguape com R$ 694.943,00, Curral de Cima com R$ 239.427,00, Pedro Régis com R$ 305.345,00 e Marcação com R$ 29.926,00. Todavia, o município de Capim (R$ -1.340.810,00), Baía da Traição (R$ -1.204.104,00), Itapororoca (R$ -615.796,00) e Rio Tinto (R$ 141.229,00) tiveram redução de gastos com Covid-19, mesmo com todos os municípios tendo aumento no número de casos de 2020 a 2021. Essas variações em gastos realizados foram notória.

A Baía da Traição apesar de ter aumentado em 13,78% em 2021 em termos de recursos recebidos teve seu saldo negativo em gastos realizados, por exemplo. Os demais que também tiveram seu saldo menor em 2021 no gasto destinado à saúde durante a pandemia, teve situação semelhante no recurso recebido, Rio Tinto -6,18%, Capim -1,05% e Itapororoca -0,55%. Mamanguape apesar de ser o que mais gastou comparando 2021 a 2020, recebeu 9,14% a menos do repasse do Governo Federal.

Vale destacar que o Portal da Transparência é uma ferramenta desenvolvida para permitir que a sociedade acompanhe o uso dos recursos públicos, seus dados proporcionam uma participação ativa em discussões de políticas públicas e o uso do dinheiro público. Tanto essa ferramenta, quanto sites dos próprios municípios ajudam a entender melhor sobre o andamento das despesas, possibilitando entender os setores destinados e quanto de dinheiro está sendo aplicado.

Portanto, a importância dos recursos recebidos e destinados à saúde faz-se essencial, principalmente, se tratando de um cenário pandêmico, mesmo sendo observado um decréscimo anual para alguns dos municípios analisados. Entender essas oscilações pode levar a um melhor esclarecimento dos recursos públicos por parte da população, assim como fortalece na construção de um pensamento abrangente sobre como ocorre às participações das esferas no aporte de recursos. Quanto às perspectivas futuras, buscam-se entender quais serão os caminhos federativos econômicos e das responsabilidades assistenciais pós-pandemia.

**Referências**

AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n.1, p. 2423-2446, 2020.

BECKER, K. L. **Ampliação do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC): essencial para amenizar a pobreza e urgente em tempos de pandemia**. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31334/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Carolina%20Lima%20Ramos.pdf?sequence=1. Acesso 24 de maio de 2022.

BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS DA PARAÍBA. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/consultas/vigilancia-em-saude-1/boletins-epidemiologicos. Acesso em 24 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 27 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm#:~:text=Art.,objetivam%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20coletividade>>. Acesso em: 25 de maio. 2022.

CARQUEIJA, J. C. *et al.* Principais Impactos dos Gastos Públicos com o Enfrentamento à Pandemia: Uma Análise prévia dos Aspectos Contábeis e do Cenário Econômico do Brasil. **Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, v. 5, n. 1, p. 18-41, 2021.

CARVALHO, G. S. de. **Análise da transparência dos 50 maiores municípios do país nos gastos com as medidas de enfrentamento a pandemia da Covid-19.** Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).72f. 2021.

CARVALHO, M. **Manual de Direito Administrativo**. 2 ed. Revista, ampliada e atualizada- Salvador. Juspodivm, 2015.

CHIARA, I. D. *et al.* **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

CINTRA, A. S. A licitação na administração pública. **Revista do Curso de Direito – UNIPAC Araguari**, v. 6, n. 6, 1-11, 2011.

COELHO, M. I. **Rede de cooperação entre escolas: uma ação no âmbito do Pacto de Avaliação na Idade Certa – PAIC**. 2013. (Dissertação de Mestrado) – Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 163 f., 2013.

DA SILVA, P.; DA SILVA, A. B.; MARTINS, L. C. Resiliência Financeira Governamental e Enfrentamento ao Covid-19. **Anais do XX USP International Conference in Accounting**, São Paulo, SP, Brasil, 2020.

DELATERRA, R. *et al.* Tracking the onset date of the community spread of SARS-CoV-2 in Western Countries. Mem Inst Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: **medRxiv**, 2020.

DÍAZ, R. R. R*. et al.* As medidas econômicas frente à pandemia da Covid-19: mapeando o debate de política econômica no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e975998177-e975998177, 2020.

DOTTO, A. H. C.; SCHIAVO, P. dos S.; BERTOLINI, G. R. F.; ASTA, D. D. Os impactos financeiros-orçamentários iniciais da crise da Covid-19 nos estados brasileiros e Distrito Federal. **Revista de Tecnologia Aplicada**, v.10, n.2, p. 36-50, 2021.

FERNANDES, G. A. de A. L.; PEREIRA, B. L. S. Os desafios do financiamento do enfrentamento à COVID-19 no SUS dentro do pacto federativo. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 595-613, 2020.

## FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Disponível em:<<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia#:~:text=A%20pandemia%20de%20Covid%2D19,na%20hist%C3%B3ria%20recente%20das%20epidemias>>. Acesso em: 25 de maio. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HESSEL, R. **Para conter efeitos da Covid-19, dívida pública deve chegar a 85% do PIB**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/30/internas\_economia,8 41141/para-conter-efeitos-da-covid-19-divida-publica-deve-chegar-a-85-do-p.shtml. Acesso em 24 de maio de 2022.

IBGE. **Instituto Brasileira de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acesso em: 20 de maio. 2022.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). **Relatório de Acompanhamento Fiscal n° 39. 13 de abril de 2020**. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/570660/RAF39\_ABR2020.pdf. Acesso em 24 de maio de 2022.

KROTH, D. C. **A economia brasileira frente a pandemia do covid-19: entre as prescrições e as propostas do governo**. (Texto para discussão). Grupo de Pesquisa Estado, sociedade e políticas públicas, 2020.

KRAEMER, M. U. *et al.* The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China. **Science**, pii: eabb4218, 2020.

LAZARIN, M. de F.; MELLO, G. R. de; BEZERRA, F. M. A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia, Santa Catarina**, v. 13, n. 2, p. 719-736, 2014.

MAHER, C. S.; HOANG, T.; HINDERY, A. Fiscal Responses to COVID‐19: Evidence from Local Governments and Nonprofits. **Public Administration Review**, v, 80, n. 4, p. 644-650, 2020.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 647-668, 2020.

MENEZES, W. de S. *et al.* Análise das variações orçamentárias em cidades médias de Minas Gerais durante a pandemia do Covid-19, em 2020. **Congresso Brasileiro de Custos**, Congresso Virtual, 2021.

MONTEIRO, J. J. *et al.* Reflexos da Covid-19 no Orçamento Público do Governo Federal. **Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 97-116, 2021.

OMS. **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em: < <https://www.who.int/pt>>. Acesso em: 25 de maio. 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Convênios por Estado/Município: banco de dados**. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/ConveniosListaEstados. Acesso em 24 de maio de 2022.

RIANI, F. **Economia do setor público**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SABBAG, E. **Direito tributário. E-book. Coleção Saberes do Direito**; 42. São Paulo: Saraiva, 2012.

SENADO NOTÍCIAS. **União corta 90,5% de repasses para estados e municípios durante pandemia.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/02/uniao-corta-90-5-de-repasses-para-estados-e-municipios-durante-pandemia>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

SERVO, L. M. S. *et al.* Financiamento do SUS e Covid-19: histórico, participações federativas e respostas à pandemia. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 114-129, 2021.

SIMÃO, J. B.; ORELLANO, V. I. F. Um estudo sobre a distribuição das transferências para o setor de saúde no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 45, n. 1, p. 33-63, 2015.

SÖTHE, A. R. I.; VISENTINI, M. S.; WRITZL, D. N. A transparência das informações sobre a Covid-19 nos municípios catarinenses e sua relação com variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 4, p. 417-430, dez/2020.

TÁVORA, F. L. **Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, n. 274, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/RelatorioGPC232021RelatorioCovid19consolidadoV3MUNICIPAL.pdf. Acesso em 17 de junho de 2022.

VARGAS, D. B.; MENEZES, B. G.; RANGEL, I. M. Dispensas de licitação durante a COVID-19: Como os estados brasileiros motivam suas decisões?. **REI-Revista Estudos Institucionais**, v. 7, n. 1, p. 126-181, 2021.

VIEIRA, F. S. O financiamento da saúde no Brasil e as metas da Agenda 2030: alto risco de insucesso. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, 2020.

WANG Y, WANG Y, CHEN Y, QIN Q. Unique epidemiological and clinical features of the emerging 2019 novel coronavirus pneumonia (COVID-19) implicate special control measures. **J Med Virol**, v. 92, p. 6, p. 568-576, 2020.